

Acordo Mercosul-União Europeia à Luz da Teoria Heterodoxa da Integração

Maria Cristina Moreira¹

Rodrigo Brites²

Resumo: O presente artigo busca analisar as negociações do acordo de liberalização econômica entre o Mercosul e a União Europeia. Devido às inúmeras abordagens sobre este assunto através do paradigma liberal e percebendo as negociações como um processo recente de integração inter-regional, o objetivo central é aprofundar o debate utilizando a teoria heterodoxa da integração. Para isso, retoma-se brevemente o histórico de aproximação dos blocos. Em seguida, analisa-se o contexto atual das negociações para enfim destacarem-se os estímulos negativos e positivos à negociação de acordo com a teoria. Dessa forma, ficam evidentes as pressões negativas que o setor agrícola francês, que a crise institucional da UE e do Mercosul e que os movimentos sociais dos trabalhadores fazem contra o acordo.

Palavras-Chave: Mercosul; União Europeia; Integração; Teoria Heterodoxa;

1 Graduada do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Email para contato: mariamoreirac@gmail.com

2 Graduando do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Email para contato: britescrodrigo@gmail.com

1 Introdução

No último semestre de 2017 houve uma retomada das negociações diplomáticas no sentido de concretizar o tão esperado acordo comercial entre Mercosul e União Europeia (UE). De um lado, temos o Mercosul, em um período de estagnação com seus membros se recuperando de crises econômicas e institucionais, que visualiza o acordo como uma parceria benéfica, principalmente aos setores agropecuários e para a atração de maiores investimentos à economia regional. Do outro, temos um bloco europeu dividido internamente, em que parte dos países membros defende o acordo como benéfico para ampliação dos mercados de produtos industriais e do setor de serviços no Cone Sul, e outra parte aponta dificuldades devido a uma possível liberalização dos setores agropecuários. Além disso, são apontadas pelos eurodeputados contra o acordo a estagnação e a incipiente institucionalização do Mercosul, além da crise política que seu principal membro - o Brasil - vem enfrentando, como obstáculos consideráveis.

As negociações inter-regionais já apresentam longo histórico e, apesar de mudanças nos contextos internacionais e regionais, o foco permanece na liberalização de ambos mercados. Os europeus buscam acesso a uma maior participação no mercado de serviços e indústria, enquanto que os países do Mercosul se deparam com barreiras protecionistas a exportação agrícola. Apesar da proximidade sócio-cultural entre as regiões, o diálogo não avança ao ser colocado em pauta a liberalização agrícola do mercado europeu que desafia parcela dos interesses agrícolas franceses. Por outro lado, mesmo se houvesse tais concessões, o acordo em seu estado atual seria mais vantajoso para a UE que para o Mercosul dada uma tendência observada pela CEPAL da deterioração dos termos de troca, implicando na manutenção da relação de dependência Centro-Periferia.

Sobre tal relação de dependência - entendida aqui como essencial para a compreensão da inserção dos países do Mercosul no sistema internacional e, por isso, essencial para a análise do acordo – Ruy Marini dispõe que é

como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 1974).

Seguindo esse pensamento, pesquisadores ao analisarem os impactos econômicos do acordo (ver KUME et al, 2004; e TREIN et al, 2007) já indicaram uma possível reespecialização³ da economia do Mercosul, principalmente da brasileira, no setor agropecuário. Mesmo que um movimento nesse sentido já venha se realizando como causa da inserção chinesa no mercado internacional, um acordo de liberalização entre os dois blocos seguiria a concepção de *modificar as relações produtivas* +do Mercosul para reproduzir e ampliar a dependência com a UE⁴.

Não pretende-se aqui porém, analisar os possíveis impactos econômicos para os blocos caso o acordo se realize, assim sendo, o presente artigo visa analisar as negociações em si mesmas sobre o acordo econômico entre Mercosul e União Europeia. Nesse sentido, faz-se uma breve revisão do histórico das relações entre os dois blocos desde o Acordo de Cooperação Interinstitucional Mercosul/UE ratificado em 1992. Analisa-se brevemente o contexto atual das relações Mercosul-UE pós-crise de 2008, considerando tanto condicionantes sistêmicos, regionais, quanto os interesses dos grupos nacionais. E, por fim, destacam-se os principais fatores que estimulam a realização do acordo e quais a impedem, enfatizando o papel das elites econômicas e sua organização nos espaços econômicos do Mercosul e UE.

Para alcançar tais objetivos, faz-se necessário primeiramente o entendimento conceitual do processo de aproximação inter-regional e qual concepção teórica melhor se adequa para o seu entendimento. Rolloff (2001) propõe a definição de interregionalismo como um processo de aprofundamento político, econômico e

3 “Nos últimos anos tem-se observado uma preocupação crescente entre os economistas e o público em geral a respeito de um possível processo de desindustrialização da economia brasileira. Nesse contexto, podemos observar duas posições claramente definidas. De um lado, temos os assim chamados “novo-desenvolvimentistas” que defendem a tese de que a economia brasileira vem passando por um processo de desindustrialização nos últimos 20 anos, causado pela combinação perversa entre abertura financeira, valorização dos termos de troca e câmbio apreciado (Loures, Oreiro e Passos, 2006; Bresser-Pereira e Marconi, 2009)1 . Do outro lado, temos os assim chamados “economistas ortodoxos” que afirmam que as transformações pelas quais a economia brasileira passou nas últimas décadas não tiveram um efeito negativo sobre a indústria e que a apreciação do câmbio real resultante dessas reformas favoreceu a indústria ao permitir a importação de máquinas e equipamentos tecnologicamente mais avançados, o que permitiu a modernização do parque industrial brasileiro e, conseqüentemente, a expansão da própria produção industrial (Schwartzman, 2009)” (OREIRO et al, 2010, p. 2)

4 A relação de dependência entre países especializados no setor primário com os especializados no setor secundário ocorre devido a transferência de mais-valia dos primeiros para os segundos e a conseqüente oscilação da economia daqueles em função desses. O principal mecanismo se encontra nos preços relativos: ambos os preços dos manufaturados e os preços dos bens agrícolas diminuem como causa do aumento da produtividade ao longo do tempo, porém foi percebido por Prebisch na década de 50 que há uma diminuição muito mais rápida e desproporcional dos preços dos bens agrícolas em relação ao dos manufaturados, causando uma deterioração nos termos de troca. Tal desproporção faz com que parte da mais-valia dos países Periféricos seja simplesmente transferida para os países Centrais.

das interações sociais entre duas regiões internacionais. Rüländ (2002), de forma mais precisa, define-o como um diálogo com encontros regulares baseados na troca de informações e cooperação em campos específicos como comércio, investimento e meio-ambiente, porém sem alto grau de institucionalização. Pode-se dizer com isso que tal fenômeno surge a partir da metade da década de 1990 quando se tem início o engajamento entre regiões como um meio de aplicar estratégias de regionalismos a uma maior área para a promoção conjunta de políticas econômicas e securitárias (DOCTOR, 2007). Hänggi (2000), por exemplo, inclui como inter-regionalismo a Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC) iniciado em 1989 e a Asia-Europe Meeting (ASEM) iniciada em 1996, além das relações analisadas aqui entre Mercosul e UE.

O mesmo autor propõe, baseado nas teorias da integração, que os processos de inter-regionalização seriam maneiras de enfrentar os desafios da globalização que acabam por enfraquecer o controle do Estado-nação (HÄNGGI, 2000). Dito dessa forma, os Estados se engajariam nesse processo para retomar o controle político e cooperar em políticas que conduzam a complexa interdependência global, segundo o paradigma liberal-institucionalista, e para balancear o crescimento econômico de outras partes do mundo, segundo o paradigma neorrealista. O fenômeno do “novo regionalismo”, no qual diversas regiões do mundo se engajaram em processos de integração⁵, portanto, não pôs fim às relações entre regiões, pelo contrário, deu início ao processo de inter-regionalismo no qual as regiões passaram a balancear umas às outras (HÄNGGI, 2000).

Apesar de concordarmos com a análise do contexto internacional neste período, isto é, aumento da interdependência entre nações devido aos processos de liberalização internacional e conseqüente aumento do fluxo de bens, pessoas e capitais, preferimos não seguir uma linha que foque apenas nos Estados, pois essa acaba simplificando uma realidade complexa. Por exemplo, de acordo com Faria (2004), o processo de integração nada mais é que o transbordamento dos mercados para fora dos Estados-nação. Essa situação se dá como conseqüência da própria evolução do sistema capitalista - dadas pela financeirização, pela intensificação

5 O Nafta e o Mercosul são exemplos desse “novo regionalismo” mais voltado para a liberalização econômica interna e protecionismo externo.

da concorrência monopolística e pelo surgimento de novas tecnologias - que cria uma contradição entre a forma de regulação anterior e o novo modelo econômico. Então, dada esta nova dinâmica, são necessários novos mecanismos regulatórios que mantenham a estabilidade, necessária, segundo a heterodoxia, para a expansão dos capitais.

Dentre esses mecanismos estariam os processos de integração regional e, analisado neste artigo, o processo de aproximação inter-regional. Dessa maneira, o inter-regionalismo é aqui visto como uma necessidade - criada pelas contradições do sistema capitalista - de mecanismo regulatórios que estabilizem espaços econômicos para a constante expansão do capital. Além disso, dada a fraca institucionalidade observável na realidade desse processo, consideramos que seu fortalecimento depende da institucionalidade dos processos de integração intrarregionais *per se*; isto é, processos regionais com fracos mecanismos de governança políticos-institucionais demonstram maiores dificuldades de se engajar no inter-regionalismo. Isso implica dizer que o baixo grau de integração do bloco sul-americano indicaria uma dificuldade considerável a concretização dos acordos. Porém, como os fluxos de capitais e bens entre as regiões vem aumentando aceleradamente, apesar de mudanças nas proporções relativas, há um estímulo a tais processos de integração regionais estabelecerem parcerias econômicas.

Compreendida a problemática e a abordagem teórica, nosso artigo se divide em outros quatro tópicos de acordo com nossos objetivos: 1) Introdução; 2) Histórico das relações Mercosul-UE; 3) Contextual atual do acordo Mercosul-UE; e 4) Considerações Finais.

2 Histórico das relações Mercosul-União Europeia

O interesse em aproximar o Mercosul da União Europeia através de negociações vinculantes se deu pela primeira vez logo após a assinatura do Tratado de Assunção em 1991. Nesse momento, os chanceleres do Mercosul se reuniram com o presidente da Comissão Europeia em Luxemburgo para propor a ideia de cooperação institucional entre ambas as partes através de um acordo chave (SAVINI, 2001). Em 1992, então, criou-se o Acordo de Cooperação Interinstitucional

Mercosul/UE que tratava sobre colaboração nas áreas de aduana, normas técnicas e agricultura, o primeiro passo na direção do acordo de liberalização econômica.

Já em 1995, a União Europeia e o Mercosul assinaram o Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação, que reforçava a intenção de se criar, no futuro, uma “associação inter-regional” entre os dois blocos, um avanço significativo das negociações. Esse acordo tinha como centro fundamental a implementação de um programa gradual de liberalização das trocas comerciais entre as regiões. Além disso, tinha um escopo bastante amplo: objetivava a aproximação e cooperação em diversas áreas, como o comércio, meio ambiente, tecnologia, ciência e transporte (BONIOLO, 2004).

Mesmo assim, desde seu princípio as negociações para a liberalização e suas definições foram bastante lentas como causa dos entraves políticos. Além disso, logo após a conclusão do Acordo-Quadro Inter-regional houve um distanciamento entre os dois blocos, o que fez com que o acordo só entrasse em vigor em 1999. Ainda em 1998, para dar seguimento a essa iniciativa inter-regional, a União Europeia se reuniu para definir a sua Recomendação sobre o assunto. No entanto, esse debate gerou polêmicas e controvérsias internamente, principalmente por parte da pressão que as elites agropecuárias francesas fizeram ao governo, que acabou por questionar a total abertura do mercado agrícola europeu a produtos do Mercosul, apresentando diversas restrições em se tratando desse assunto. Além disso, a França também emitiu uma crítica a estratégia geral das negociações da União Europeia. Tudo isso fez com que a proposta de mandato europeu ficasse em aberto até metade do ano de 1999 (BONIOLO, 2004).

Ainda assim se levou em frente às negociações e por ser um acordo bastante abrangente, foi necessária a criação de uma estrutura institucional que ajudasse a fiscalizar o cumprimento dos objetivos previstos no acordo e suas negociações. As tratativas, em 1999, trouxeram um novo momento de negociações, quando se começaram a estruturar comitês, subcomitês e grupos de trabalho específicos para melhor analisar cada um dos pontos propostos. Foi na Cúpula América Latina, Caribe e União Europeia de 1999, sediada no Rio de Janeiro, que essa concretização da estrutura começou a acontecer. Nesse encontro, foi visível uma maior aproximação das posições defendidas pelo Mercosul e pela União Europeia, o que

permitiu os bons resultados da reunião. Além disso, o Mercosul conseguiu nessa Cúpula que as negociações fossem guiadas pelo princípio do “single-undertaking” – o que significa nas palavras de Boniolo (2004, on-line) que “(...) os acordos originados das negociações devem ser implementados em conjunto pelos países de ambos blocos” – favorecendo-o, pois isso impedia que as negociações fossem dominadas apenas por pautas que interessassem a União Europeia.

Após a Cúpula, os envolvidos começam a demonstrar seus diferentes interesses deixando claro que a finalização desses acordos não era pauta prioritária do momento. O Mercosul, por um lado, buscava se consolidar como uma União Aduaneira e aprofundar seu processo de integração unindo alguns dos seus setores principais de comércio intra-bloco, já a União Europeia, como causa do fim do pacto de Varsóvia e a desagregação da URSS, estava em processo de expansão em direção ao Leste Europeu, além de estar focada com a implementação da moeda única no bloco (VALDEZ, 2017). Isto é, no fim da década de 1990, ambos os blocos se voltaram para seus problemas internos e se afastaram do processo de negociação do acordo de liberalização.

A assinatura do Acordo-Quadro criou uma expectativa, num primeiro momento, de que se iria chegar a uma conclusão em médio prazo, no entanto, naquele momento nem datas nem prazos foram colocados, muito por causa das diferenças de prioridades de cada bloco. Não havia possibilidade e nem interesse de se criar uma obrigatoriedade com prazo para nenhum dos lados. Ainda que após o encontro de 1999 tenha crescido um sentimento de que as negociações seriam bastante longas e difíceis por causa dessa ausência de datas fixadas, em 2001, uma nota emitida pela União Europeia surpreendeu. Por ocasião da quinta reunião do Comitê de Negociações, os eurodeputados apresentaram um conjunto de propostas que visavam reduzir as barreiras tarifárias aplicadas sobre as exportações vindas dos países-membros do Mercosul (SAVINI, 2001). Isso aconteceu, principalmente, pois a União Europeia temia perder os mercados da América Latina para a ALCA – que vinha tendo suas negociações simultaneamente a todo processo de integração Mercosul-UE.

Esse primeiro otimismo de que a associação inter-regional ia acontecer com ganhos para ambos os lados acabou quando relatórios produzidos pelos europeus

mostraram que 14% dos seus produtos poderiam ser considerados “sensíveis” ao comércio com o Mercosul (SAVINI, 2001). Trazendo novamente a pauta dos setores agrícolas europeus que seriam prejudicados pela abertura de mercado com o Mercosul, a elite agrícola francesa juntamente com outros países liderou um movimento que visava emperrar os processos de negociações, afetando diretamente o processo de integração inter-regional. Nesse momento as negociações passaram a ser cada vez mais dificultadas, não apenas pela impossibilidade dos eurodeputados de encontrarem consenso sobre o acordo com o Mercosul, mas também por que os países do Cone Sul passavam por uma crise interna na virada do milênio, além do fracasso do lançamento da Rodada do Milênio da OMC.

E é por essa razão que as negociações foram interrompidas após as reuniões de 2004, ano em que ambos os lados apresentaram ofertas de liberalização comercial com abrangência de até 90% dos bens e serviços de vários setores, havendo algumas ressalvas e até exceções quando se tratava da abertura do comércio do setor agrícola (VALDEZ, 2017). Um ponto principal das negociações daquele ano foi a oferta da União Europeia, que trouxe bastante receio para os países pertencentes ao Mercosul. A proposta envolvia a abertura de 94% de todo o comércio ao final de todas as etapas de liberalização. Já os bens do Mercosul que fossem industriais teriam as suas tarifas de importações diminuídas gradualmente quase que totalmente até o final das etapas de liberalização. O ponto que trouxe maior problema e que emperrou as negociações foi o que tratava sobre os produtos “sensíveis” da União Europeia – produtos agrícolas, alimentícios e de bebidas – devido à Política Agrícola Comum da União Europeia (PAC)⁶. Vários destes produtos apresentavam, no plano, apenas reduções tarifárias e não uma liberalização por completo, o que iria contra a ideia inicial das negociações – e também o que poderia prejudicar substancialmente os países do Mercosul. (SANTOS, 2016).

Por fim, é importante destacar que o maior avanço nas negociações aconteceu no período entre 2001 e 2004, ainda que as negociações não tenham sido

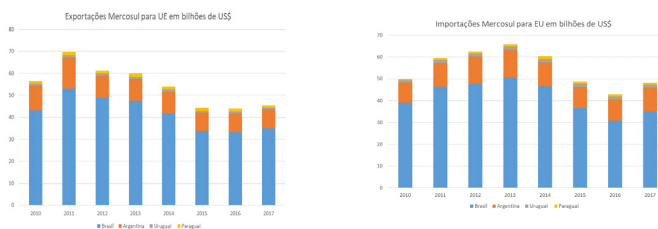
⁶ A PAC tem por objetivo central o aumento das rendas dos agricultores da União Europeia e é responsável pelo gasto de 40% do orçamento da UE. É importante salientar que a PAC sofreu mudanças consideráveis durante a década de 1970, de uma lógica que garantia um “price floor” através da intervenção direta no setor agrícola, a PAC passou a funcionar baseada em dois pilares fundamentais: o de pagamentos diretos a agricultores em condições específicas e o do Desenvolvimento Rural que promove inovação, integra cadeias produtivas, aumenta a competitividade e promove coesão social. (BALDWIN et al, 2015)

interrompidas na sua totalidade desde então. Nos anos de 2006 e 2008 ainda aconteceram encontros da Cúpula da América Latina, Caribe e União Europeia, no entanto não houve avanços expressivos, conclusões ou encaminhamentos nessas negociações. Por isso mesmo, o processo de cooperação inter-regional se manteve parado de 2004 a 2010, ano no qual as negociações voltam a ser desenvolvidas com um maior envolvimento entre as partes (BRASIL, 2017).

3 Contexto atual do Acordo Mercosul-União Europeia

O objetivo deste tópico é compreender o contexto no qual estão inseridas as atuais negociações do acordo. Para isso, serão analisadas as trocas comerciais entre os blocos, os fluxos de Investimento Direto Estrangeiro e os discursos manifestados por órgãos e autoridades envolvidas. No que se refere aos primeiros tópicos, como o Brasil representa a maior parcela desses fluxos⁷, fator que também demonstra as assimetrias presentes no Mercosul, e também é o líder das negociações entre os blocos, os dados baseiam-se nas relações da União Europeia com este. Para melhor demonstrar-se tal importância relativa, apresenta-se o gráfico 1 abaixo referentes a exportações e importações dos países do Mercosul com a União Europeia.

Gráfico 1 - Importações e Exportações Mercosul-UE



Fonte: MERCOSUR, 2018

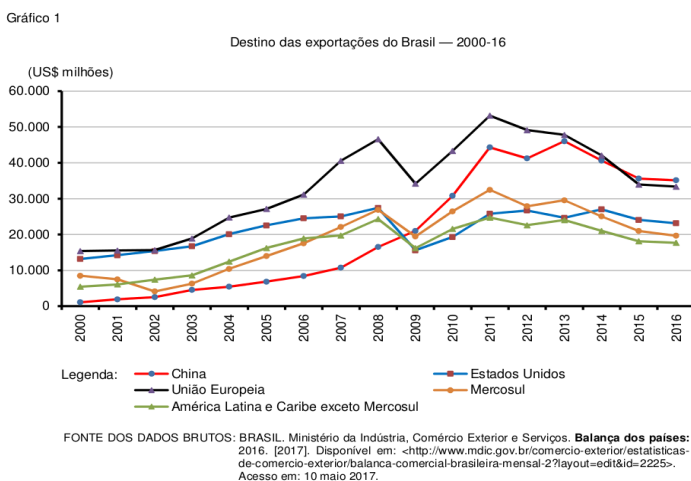
De acordo com o relatório da IPEA (2009), as exportações da União Europeia para o Brasil se caracterizam por bens de alta e média tecnologia e tais bens têm uma participação superior em relação aos principais concorrentes externos. O

⁷ Ao mesmo tempo, percebe-se a partir dessa escolha análisa uma limitação metodológica. Por outro lado, dado o escopo do presente trabalho e o tamanho considerável de dados a serem analisados, optou-se por seguir esse recorte.

inverso, porém, não é verdade. As exportações brasileiras para a UE são concentradas em produtos de baixa tecnologia e há pouca flexibilidade da demanda europeia para os produtos brasileiros; isto é, apesar da diversificação recente de nossa pauta exportadora, tal fenômeno se dá principalmente com os países do Mercosul; quando analisamos o comércio com os europeus, ainda é perceptível um padrão Norte-Sul de comércio (IPEA, 2009). A CEPAL ainda sugere no que se refere ao acordo que “o alcance do livre comércio constitua-se em maior entrosamento comercial do tipo intra-indústria com benefício para ambos” (GUIMARÃES, 2010, on-line), o que no presente momento as relações comerciais não permitiriam alcançar.

Por outro lado, se a participação da UE no comércio com o Brasil durante toda a primeira década de 2000 se manteve relativamente superior como se observa no gráfico, a partir de 2008 há uma inflexão. Ao mesmo tempo que as exportações para a UE caem drasticamente, cerca de 22,71% (BRASIL, 2017), a China permanece em crescimento relativo na participação das exportações, substituindo a posição da UE em 2014 (BRASIL, 2017). O surgimento da China como principal parceira comercial do Brasil acaba melhorando a posição dos negociadores do Mercosul no acordo, visto que assim se diminuiu a importância relativa dos mercados europeus para os bens do Cone Sul.

Gráfico 2 - Destino das Exportações do Brasil 2000-2016



Apesar dessa perda relativa da importância do mercado europeu, os investimentos diretos estrangeiros, chaves para a estratégia de desenvolvimento dos países do Mercosul, têm ainda a maior parcela proveniente da UE. O Brasil é responsável por 76,7% do total do investimento captado na região, seguindo-se a Argentina, representando 14,7%, em 2012 (GRÄF et al, 2013). De acordo com o Relatório da CEPAL sobre IDE na América Latina e Caribe, 71% das inversões feitas na economia brasileira foram provenientes da Europa, seguidas pelas dos norte-americanos com 12% (CEPAL, 2017). Esse desempenho se manteve mesmo durante a atual crise que o país vem enfrentando. Destacam-se as maiores inversões da Itália e do Reino Unido e uma retração das inversões da Alemanha, da Espanha e da França. Sobre os setores aos quais os investimentos se distribuíram a CEPAL dispõe que

La mayoría de los ingresos de capital (excluida la reinversión de utilidades) se dirigieron hacia el sector de los servicios (46%), constatándose la importancia que tiene el tamaño del mercado. El mayor volumen de IED se destinó al área comercial (un 11% del total) y a servicios de electricidad, gas y agua (6%), mientras que bajaron las inversiones en telecomunicaciones que habían liderado en años previos. Por otra parte, en 2016 la industria manufacturera recibió una mayor proporción de los ingresos y alcanzó una participación del 38%. La industria automotriz ha mostrado una tendencia creciente en los últimos años y fue el sector manufacturero con mayores inversiones en 2016 (creció un 45% con respecto a 2015). (CEPAL, 2017, p. 60)

Uma importante característica dessas inversões é que elas se dão principalmente através da fusão de empresas e da consequente oligopolização dos mercados do Cone Sul. Como exemplo, temos a compra pela empresa italiana Enel S.p.A de 94,8% da empresa de energia brasileira Celg Distribuição S.A pelo valor de 647 milhões de dólares (CEPAL, 2017). Tal característica mostra-se em consonância com os processos de financeirização e intensificação da concorrência monopolística defendidos por Faria (2004) como fatores presentes no novo modelo econômico - a nova fase de mecanismos regulatórios que extrapola os Estados Nacionais - o qual ainda necessita de um mecanismo regulatório apropriado extra Estado-nação. Então, ao mesmo tempo que o comércio de bens perde sua importância relativa, o capital financeiro europeu mantém sua alta participação nas economias do Mercosul. Caso se realize o acordo de liberalização inter-regional, essa participação tenderá a aumentar cada vez mais.

No Brasil, Carlos Abijaodi, ex-diretor da Confederação Nacional da Indústria, declarou que a “estratégia é aproveitar a complementaridade da economia brasileira com as do Atlântico Norte e utilizar esse mercado para competir com a Ásia” (DRUMMOND, 2014a, on-line). Abijaodi também considerou que “há também grande expectativa da indústria na redução de barreiras não-tarifárias ao comércio” (CNI, 2017, on-line). Na mesma linha, Robson Braga, atual presidente da CNI, declarou no 35º Encontro Econômico Brasil-Alemanha a importância dos setores privados brasileiro e alemão para a conclusão do acordo. A Associação de Máquinas e Equipamentos também se coloca a favor da liberalização, por outro lado, defende que um primeiro passo seria a diminuição do “custo Brasil”⁸ em 37% (DRUMMOND, 2014a). Chamando atenção para a crise econômica brasileira, Humberto Barbato, presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica, argumenta que “em um momento em que temos quase 14 milhões de desempregados, qualquer tipo de acordo comercial, principalmente com um grande bloco econômico como a UE, é muito importante” (CNI, 2017, on-line).

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil também se coloca a favor do acordo, mas se diz decepcionada em relação à atual oferta agrícola dos europeus, menor do que quando o acordo começou a ser negociado (CNA, 2017). Por outro lado, em documento ao governo brasileiro, a CNA e o Instituto Pensar Agropecuária, dispõem que

O mercado europeu é o nosso segundo principal destino, com mais de 500 milhões de consumidores de relevante poder aquisitivo. Mais do que nunca precisamos que as nossas exportações tenham acesso sólido e crescente a esse mercado, e a conclusão do acordo de forma responsável é chave para essa missão. (CNA, 2017)

Até aqui percebemos um forte estímulo brasileiro tanto dos setores industriais, quanto dos agrícolas, para a realização do acordo Mercosul-UE. Para Faria (PANORAMA INTERNACIONAL, 2017), por outro lado, uma visão ideológica de que o livre-comércio é sempre benéfico para as partes envolvidas independente do contexto de cada mercado está predominando ao se proporem concessões sem

8 “Refere-se a custos vigentes na economia brasileira decorrentes de deficiências em diversos fatores relevantes para a competitividade, que são menos expressivos quando se analisa o ambiente de negócios em outras economias. O Custo Brasil independe de estratégias das empresas, pois decorre de deficiências em fatores sistêmicos, as quais somente podem ser dirimidas com políticas de Estado.” (FIESP, 2015)

nenhum tipo de compensação. Em sua visão, o comércio intra-indústria entre os países do Mercosul, de maior valor agregado que o comércio de características Norte-Sul com a UE, pode ser ameaçado pela entrada de produtos europeus concorrentes, levando-nos a uma reespecialização em bens agrícolas (PANORAMA INTERNACIONAL, 2017). Samuel Pinheiro Guimarães (DRUMMOND, 2014b) critica a posição da CNI e CNA dizendo que “A CNI é formada por políticos empresariais, que não têm empresas, são pessoas que fazem meramente política empresarial” e “o exportador de produtos agrícolas brasileiros de commodities são todos estrangeiros, grandes firmas multinacionais. Quer dizer, a probabilidade disso chegar ao setor agrícola brasileiro é muito pequena” (DRUMMOND, 2014b). Comprovando o pensamento de Guimarães, temos que, em 2015, 94,5% das exportações brasileiras foram feitas por apenas 244 grandes companhias (PANORAMA INTERNACIONAL, 2017). Nesse sentido, as opiniões da CNI e CNA são também reflexos da oligopolização do mercado e da inserção de empresas de capital estrangeiro na economia brasileira.

Nesse sentido é que movimentos sociais do Mercosul como a Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brasil), a Via Campesina (Brasil), a Autoconvocatoria No ALCA (Argentina), a Campaña nacional por la soberanía y contra el ALCA (Uruguai), que já se mobilizavam contra a constituição da ALCA, argumentam contra o estabelecimento do acordo interregional com a UE. Durante a 64ª Plenária do Fórum Consultivo Econômico-Social do Mercosul, o FCES, os representantes dos trabalhadores dos quatro países do bloco latino-americano protestaram contra a falta de transparência nas negociações e chamaram atenção para a possível perda de postos de trabalho nos países do bloco como resultado da perda de competitividade de setores importantes da economia regional (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC, 2017). Tal fórum foi criado em 1996 justamente para garantir o respeito aos direitos trabalhistas, sociais e econômicos de cada país e representa uma importante ferramenta de pressão política dentro do Mercosul (CUT, 2017).

O debate produzido pela sociedade civil sobre o acordo é de longa data e marcado pelo consenso na oposição à continuação das negociações. Por exemplo, em 2015 a Cúpula Social do Mercosul com o tema “Mais Integração, Mais Direitos e Mais Participação” e a presença de mais de 200 ativistas dos países do bloco

defenderam a maior integração do bloco e rejeitaram o acordo de livre comércio. Em 2004, foi lançada a Declaração dos movimentos e organizações sociais do Mercosul com o título “Acordo EU-Mercosul: ganâncias para poucos, ameaça para a maioria”. Para tais movimentos o acordo “põe em jogo nossa soberania, nosso futuro e as possibilidades de avançar em uma verdadeira integração subregional” (CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES, 2004, p. 2). Além disso, dispõe que, primeiro, a abertura do setor agrícola, em consonância com a declaração de Guimarães, prejudicaria a agricultura familiar e campesina em benefício ao setor agroexportador dominado por grandes empresas transnacionais, ameaçando a segurança alimentar dos povos do Mercosul. Segundo, dificultaria a proposição de políticas industriais autônomas, terceiro, o acordo transformaria a água, o meio-ambiente e o mar territorial em mercadorias (CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES, 2004).

La propia Unión Europea nos dio un ejemplo de paciencia y medida, ocuparon los últimos cincuenta años para construir un acuerdo entre los países europeos, y ahora quieren imponernos un acuerdo tan amplio en tan poco tiempo. (CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES, 2004, p.5)

A União Europeia, por sua vez, ainda mostra-se dividida internamente com o setor industrial estimulando fortemente o acordo e o agropecuário, principalmente o francês, impedindo sua realização. A primeira-ministra alemã Angela Merkel, após visita ao presidente argentino Mauricio Macri, solicitou que a UE firme um compromisso com o Mercosul e conclua as negociações ainda neste ano (ENRIQUE MÜLLER, 2016). Em visita ao Uruguai, o presidente italiano Sergio Mattarella concordou com a necessidade do acordo de livre-comércio entre os blocos (EL PAÍS, 2016). Tais visitas e declarações se tornam de grande importância visto que Alemanha e Itália exercem os maiores níveis de influência no Parlamento Europeu devido ao tamanho de suas delegações nos maiores grupos políticos (VOTEWATCH apud CNA, 2016). Além disso, é importante salientar que a Alemanha é a maior economia europeia e a quarta maior do mundo, sua pauta exportadora é de bens de alta tecnologia - como veículos (20,5%), maquinaria industrial ou bens de capital (16,65%) e equipamentos eletrônicos (9,39%) - e, por isso, pode ser considerada o centro de gravidade da UE (SALERNO et al, 2016).

O interesse pelo acordo também aumenta com a chegada de Donald Trump a presidência dos EUA e sua guinada ao protecionismo econômico. Negociações de liberalização econômica envolvendo os EUA foram paralisadas, como o Transatlantic Trade and Investment Partnership e o Trans-Pacific Partnership, ambos em andamento durante o governo Obama. Quanto ao primeiro que envolve a UE, o objetivo central era “[...] fechar os espaços internos de cada um dos dois parceiros à China e retomar competitividade nos demais mercados” (PECEQUILO apud CIDADE, 2016, p. 11). Claramente numa tentativa de recuperar mercados periféricos amplamente perdidos pela inserção chinesa, no qual destaca-se o mercado sul-americano, os quais seriam importantes para a recuperação econômica pós-crise de 2008 (CIDADE, 2016). Estagnado, os europeus agora “querem o acordo com o Mercosul para resolver sua crise externa e têm toda razão, o Brasil é um mercado grande e não querem ter nenhum obstáculo para as suas exportações” (CARTA CAPITAL, 2014b).

Mesmo com os altos estímulos que a União Europeia têm para a realização do acordo, as divergências internas tomam proporções maiores como consequência da crise institucional e do Brexit. Uma das principais concessões que o Mercosul busca, a liberalização do setor agropecuário, é barrada pela França, que como condição para sua entrada na UE em 1961 obteve a Política Agrícola Comum. A PAC, por exemplo, não permite passar atualmente os bens alimentícios do Brasil e da Argentina para o mercado europeu. O temor é que se o setor for liberalizado, a próxima a seguir o caminho do Reino Unido seria a França, que conta com 17,14% de sua pauta exportadora baseada em bens agrícolas. Uma saída que a UE não pode permitir, visto que seria mais um passo à desagregação total do bloco econômico europeu.

Além disso, um grupo de deputados europeus das bancadas dos verdes e dos socialistas – cerca de 10% do Parlamento - encaminharam carta à chefe da diplomacia da Comissão Europeia pedindo pela interrupção do acordo diante do agravamento da crise política no Brasil (ESTADÃO, 2017). Na carta, também são citados com críticas o uso das forças armadas para reprimir protestos e o aumento da violência no campo no Brasil. À crise institucional brasileira soma-se a crise no próprio Mercosul, que acabou suspendendo a Venezuela como membro do bloco

através da cláusula democrática. Enquanto o Brasil preocupa com sua crise em função do papel de liderança na região e o impacto de uma política mais liberal para o aprofundamento do processo de integração no Cone Sul, a suspensão da Venezuela implica na perda de um importante parceiro energético e de peso econômico para o Mercosul (BORTOLI et al, 2016).

4 Considerações Finais

Após nossa revisão histórica e análise do contexto atual, esse tópico objetiva organizar os estímulos de forma que seja possível verificar qual ou quais se impõem mais fortemente nas negociações. Para tanto, foi organizado um quadro-resumo no qual se dividiram os estímulos em positivos – isto é, a favor a realização do acordo - e negativos – contra a realização do acordo – relacionando-os com os níveis sistêmico, o regional-nacional e o de classe.

TABELA 1 - Quadro-resumo dos Estímulos ao Acordo Mercosul-EU

Estímulos	Sistêmicos	Regionais e nacionais	De classe
Positivos	Nova dinâmica econômica dada pela liberalização e financeirização; Novos atores econômicos internacionais (blocos e China); Forte relação econômica Norte-Sul.	Busca pelo balanceamento de outros blocos; Reação à política protecionista do governo Trump; Fortes laços socioculturais entre blocos;	Capital Financeiro Transnacional com interesse de aumentar sua participação no Mercosul; Grande Exportador Agrícola do Cone Sul; Necessidade de um mecanismo regulatório;
Negativos	Crise Financeira Internacional de 2008; Onda de protecionismo econômico.	Crise Institucional de ambos os blocos (BREXIT, crise do euro, crise migratória, fim do superciclo das commodities, impeachment de Dilma e suspensão da Venezuela); Fortalecimento das relações Mercosul-Asia	Setor Agrícola francês; Reação de eurodeputados socialistas a crise política brasileira; Movimentos Sociais do Mercosul; Sindicatos dos Trabalhadores;

FONTE: Elaborado pelos autores.

Através do quadro-resumo, percebemos que acordos inter-regionais fazem parte da nova dinâmica do sistema capitalista da mesma forma que os processos de integração regional como observado por Faria (2004). Os processos de financeirização e de liberalização aprofundaram a integração econômica e dentro dessa nova dinâmica é que os blocos econômicos passaram a se constituir objetivando tanto liberar internamente o comércio quanto se proteger externamente de empresas transnacionais mais competitivas. Os acordos inter-regionais poderiam ser caracterizados como uma segunda fase de um processo que iniciou com a formação dos blocos e agora se expandiu para negociações e para a “integração” entre esses. Dentro disso, também podem ser caracterizados como mecanismos reprodutores da lógica Centro-Periferia ou Norte-Sul do sistema capitalista. Além disso, o surgimento de novos atores internacionais e novas problemáticas demandam novas formas de organização e governança política e econômica que o Estado não estaria apto a suportar, sendo preenchidas, então, pelos processos de integração regional e inter-regional.

Mesmo assim, tais processos não são lineares e são frequentemente desacelerados por crises econômicas. Momentos nos quais os governos se voltam prioritariamente aos seus mercados internos preocupados com a recuperação nacional. Por isso mesmo, é que nos estímulos sistêmicos negativos, as crises financeiras internacionais destacam-se, causadas diretamente pela fragilidade da estrutura criada pela financeirização dos mercados. Como observamos, a crise de 2008 abalou as negociações do acordo Mercosul-UE e ainda influencia negativamente através da onda protecionista gerada e a consequente ascensão de governos conservadores. Assim, o aumento de medidas que favorecem os setores nacionais em detrimento dos setores externos, como o aumento de barreiras alfandegárias, é o caminho oposto ao das negociações para liberalização dos mercados regionais.

Apesar de suas variedades, os estímulos positivos e negativos do segundo nível sistêmico são muito mais contextuais, tendo seus contornos dados, na sua maioria, a partir de 2010. Como visto, o acordo começou a ser negociado em 1995, desde então, mesmo com a variação dos estímulos regionais e nacionais, o objetivo central se manteve, bem como a sua recorrente estagnação. Pode-se inferir a partir disso que há uma maior importância dos estímulos sistêmicos e de classe, porque,

ao contrário dos estímulos regionais e nacionais, esses se mantiveram constantes no mesmo período. Isto é, apesar dos estímulos de curto prazo estarem presentes nos discursos e influenciarem o poder de barganha dos negociadores, o acordo não foi realizado como causa dos diferentes interesses de classe, mas ainda assim esse se manteve constantemente em pauta, porque há uma tendência sistêmica de financeirização que leva a necessidade de mecanismos reguladores supranacionais que garantam a mínima estabilidade para a reprodução do sistema.

Durante os mais de 20 anos de negociações, percebemos que, por exemplo, as crises institucionais não são características singulares deste período pós-2010. Quando o Mercosul no início dos anos 2000 estagnou como consequência das crises das dívidas brasileira e argentina, ou quando a União Europeia passou a priorizar o processo de alargamento do seu processo de integração pós reunificação alemã e fim da URSS, assim como agora os dois blocos enfrentam crises institucionais, os negociadores utilizaram esses momentos para garantir a continuação do acordo mas gerar um período de pausa.

Por fim, temos o nível de classe. Tal nível torna-se importante na análise pois está intrinsecamente ligado com o conceito aqui utilizado de integração inter-regional, isto é, uma necessidade - criada pelas contradições do sistema - de mecanismo regulatórios que estabilizem espaços econômicos para a constante expansão do capital. Dessa forma, entender as pressões feitas pela classe capitalista e as pressões feitas contra esta, seja pelos trabalhadores ou pelo setor agrícola é essencial aqui para explicar. Segundo Gill & Law (2007), “as corporações transnacionais pressionam seus governos para conseguir políticas favoráveis a suas operações no exterior”. Em seguida, Gill & Law ajudam a entender como medir a influência das classes, mais especificamente do capital. Para eles, o poder do capital para fazer essa pressão reside no grau de divisão existente entre as diferentes frações do capital, podendo mesmo incluir a divisão do setor industrial e do setor agrícola como partes diferentes dessas frações. E, assim,

A persistência de blocos nacionalistas é basicamente, nesse contexto, um problema para o capital transnacional, uma vez que é provável que conceitos de segurança nacional signifique negar acesso e tratamento igual ao das empresas nacionais para as empresas estrangeiras (GILL & LAW, 2007, p. 118)

Dessa forma, a divisão das frações do capital na União Europeia entre o setor agrícola e o setor industrial, além da persistência do bloco nacionalista - de defesa do setor interno frente ao externo - dividem o poder do capital e dificultam as negociações do segundo setor para que consigam políticas favoráveis a suas operações no exterior, o acordo de liberalização Mercosul-UE. Além disso, é possível notar uma divisão de classes quando os movimentos sociais dos trabalhadores do Mercosul e os eurodeputados socialistas se colocam contra a formalização do acordo. Em comparação, portanto, com os outros níveis de análise, o nível “de classe” pode ser considerado como o mais influenciador nas negociações do acordo de liberalização

A intenção desse artigo foi, portanto, aprofundar o debate sobre a retomada das negociações do acordo de liberalização econômica entre o Mercosul e a União Europeia. Através da utilização da teoria heterodoxa da integração e da definição da integração inter-regional, analisou-se o contexto atual e a partir disso construiu-se um quadro-resumo no qual se classificaram os diferentes estímulos a concretização do acordo. As novas dinâmicas sistêmicas, quais sejam a financeirização e a intensificação da interdependência mundial, levam a necessidade de mecanismos regulatórios supranacionais que garantam uma maior estabilidade para a expansão do capital. E apesar das crises institucionais dos dois blocos, de uma lado a expulsão da Venezuela do Mercosul e do outro o Brexit da União Europeia, serem fatores que intensificam a dificuldade em se concluírem as negociações, tanto o interesse em expandir o capital quanto o interesse do setor agrícola europeu em defender aparentam ser fundamentais para entender o acordo. A partir disso, espera-se que o artigo tenha contribuído para um debate mais aprofundado sobre o assunto de uma ótica pouco presente até então.

Mercosur-European Union Agreement: an Integration's Heterodox Theory Approach

ABSTRACT: This paper seeks to analyze negotiations of the economic liberalization agreement between Mercosur and European Union. As many approaches about this issue were done with the liberal paradigm and, besides that, realizing negotiations as a recent process of inter-regional integration, the main object is deepening this debate by using the integration's heterodox theory. For that, it is needed a brief resume about the history of blocs' approximation. After that, there is an analysis on the current context of the negotiations, and finally there is the highlighting of the negatives and the positives incentives in accordance with the theory. Therefore, it becomes evident the negatives pressures that the French agricultural sector, that the EU and Mercosur's institutional crises and that the workers social movements are doing against the agreement.

KEY-WORDS: Mercosur; European Union; Integration; Heterodox Theory;

Referências

BALDWIN, Richard; WYPLOSZ, Charles. *The economics of European integration*. New York 2004, n. s 314, 2006.

BONIOLO, Eduardo da Eira. Relações entre Mercosul e União Europeia e as consequências para o Brasil - Uma resenha. *Revista Geo-paisagem*, Niterói, n. 5, jun. 2004. Semestral. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/mercosul.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

BORTOLI, Diego Luís et al. A CRISE POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO MERCOSUL: PERSPECTIVA BRASILEIRA. *Boletim de Conjuntura Nerint*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p.28-38, set. 2016. Trimestral.

BRASIL. Mercosul/União Europeia. *Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços*. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/legislacao/9-assuntos/categ-comercio-exterior/1566-mercosul-uniao-europeia>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

CEPAL (Chile). La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe. *Revista de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe*, 2017

CIDADE, Lucas Rovaris. Os encaminhamentos do processo de regionalização Sul-Americano: rumo à coesão ou à fragmentação regional?. In: *Seminário de Relações Internacionais*, 3., 2016, Florianópolis. Anais Eletrônicos. [s. L.]: ABRI, 2016. p. 1 - 13.

CNI (Brasil). *6 representantes da indústria falam da importância do acordo Mercosul-UE*. 2017a. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/agenciacni/noticias/2017/09/6-representantes-da-industria-falam-da-importancia-do-acordo-mercosuluniao-europeia1/>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

CNA (Brasil). *Entidades do agro pedem inclusão de pontos “imprescindíveis” para concluir acordo comercial entre Mercosul e UE*. 2017. Disponível em: <<http://www.cnabrazil.org.br/noticias/entidades-do-agro-pedem-inclusao-de-pontos-imprescindiveis-para-concluir-acordo-comercial>>. Acesso em: 01 dez. 2017

CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES (Buenos Aires). *Fragmentos de la Declaración de los movimientos y organizaciones sociales del MERCOSUR: Acuerdo Unión Europea-MERCOSUR: ganancias para pocos, amenaza para la mayoría*. 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110309124332/40mercos.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

DOCTOR, Mahrukh. *Why Bother With Inter-Regionalism?* Negotiations for a European Union-Mercosur Agreement. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, v. 45, n. 2, p. 281-314, 2007.

DRUMMOND, Carlos. *Mercosul e UE: o mundo não é uma ilha*. 2014a. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/o-mundo-nao-e-uma-ilha-1624.html>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

DRUMMOND, Carlos. *Entrevista - Samuel Pinheiro Guimarães “Acordo vai ser uma desgraça”*. 2014b. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/acordo-vai-ser-uma-desgraca-134.html>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

EL PAÍS. *Acuerdo Mercosur con UE es apoyado por Italia*. 2016. Disponível em: <<https://www.elpais.com.uy/informacion/acuerdo-mercosur-ue-apoyado-italia.html>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

ENRIQUE MÜLLER (Berlim). El País. *Macri pede apoio a Merkel para criar uma integração entre Mercosul e UE*. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/05/internacional/1467735754_329974.html>. Acesso em: 13 nov. 2018.

ESTADÃO. *Crise no Brasil põe acordo entre UE e Mercosul em xeque*. 2017. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,deputados-europeus-pedem-suspensao-de-negociacao-mercosul-ue-diante-da-situacao-de-temer,70001869448>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. *A chave do tamanho: desenvolvimento econômico e perspectivas do Mercosul*. UFRGS, Editora, 2004.

FIESP (Brasil). *“CUSTO BRASIL” E TAXA DE CÂMBIO NA COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BRASILEIRA*. São Paulo: Departamento de Competitividade e Tecnologia, 2015. 95 slides, color. Disponível em: <<http://apps.fiesp.net/fiesp/newsletter/custo-brasil/010313/custo-brasil.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

GUIMARÃES, Edson Peterli; ZEIDAN, Rodrigo M. *Acordos do Mercosul com terceiros países*. 2010.

GILL, Stephen; LAW, David. *Hegemonia global e poder estrutural do capital. Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 157-197, 2007.

GRÄF, Claudir Olípio; AZEVEDO, André Filipe Zago de. *Comércio bilateral entre os países membros do mercosul: uma visão do bloco através do modelo*

gravitacional. *Econ. Apl.*, Ribeirão Preto , v. 17, n. 1, p. 135-158, Mar. 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502013000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Apr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502013000100007>.

HÄNGGI, Heiner. *Interregionalism: empirical and theoretical perspectives*. St. Gallen, University of St. Gallen, 2000.

INTERNACIONAL, Panorama (Org.). *Interview: The trade agreement between Mercosur and the European Union under debate*. 2017. Disponível em: <<http://panoramainternacional.fee.tche.br/en/article/entrevista-acordo-comercial-entre-mercosul-e-uniao-europeia-em-debate/>>. Acesso em: 01 dez. 1997.

IPEA (Brasil). Secretaria de Assuntos Estratégicos (Org.). *Texto para Discussão n 1383: Acordos do Mercosul com Terceiros Países*. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1383.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2018.

KUME, Honorio et al. *Acordo de livre-comércio MERCOSUL-União Europeia: uma estimativa dos impactos no comércio brasileiro*. 2004.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. 1974. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

MERCOSUR. SISTEMA DE ESTADÍSTICAS DE COMERCIO EXTERIOR DEL MERCOSUR. . *Cuadros de Comercio (MERCOSUR 4 / UNION EUROPEA - U.E. / Año 2018 / US\$ FOB)*. 2018. Disponível em: <<https://estadisticas.mercosur.int/>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 30, n. 2, p. 219-232, 2010.

SALERNO, Francine Juchem et al. A ALEMANHA E A CRISE NA UNIÃO EUROPEIA: UM IMPÉRIO ACIDENTAL? *Boletim de Conjuntura Nerint*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p.19-27, set. 2016. Trimestral.

SANTOS, Lucas Bispo dos. As Negociações do Acordo de Associação Inter-regional Mercosul-União Europeia: os ímpetus de negociação dos atores governamentais Argentina e Brasil. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2016, São Paulo. *Anais*. São Paulo: 2016. p. 1 - 16. Disponível em: <https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Lucas_Santos_II-Simposio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-America-Latina-.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

SAVINI, Marcos. As negociações comerciais entre Mercosul e União Européia. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 44, n. 2, p.109-125, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000200006>. Acesso em: 26 nov. 2017.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC (São Paulo). *Acordo Mercosul e União Europeia pode colocar em xeque a indústria brasileira*. 2017. Disponível em: <<https://cut.org.br/noticias/acordo-mercosul-e-uniao-europeia-pode-colocar-em-xeque-a-industria-brasileira-8db8/>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

ROLOFF, R. (2001), *Europe, America, and Asia between Globalization and Regionalism: The Interregional Cooperation and the Economic Dimension of International Politics*. Verlag Ferdinand Schöningh Paderborn.

RULAND, J. (2002), “*Interregionalism in International Relations*”, apresentado na conferência organizada pela Fundación Volkswagen, Arnold-Bergstraesser-Institute, Freiburg, 31 de Janeiro, 2002.

VALDEZ, Robson. O longo acordo de comércio e investimentos Mercosul-União Europeia. *Panorama Internacional*, Porto Alegre, v. 2, n. 4. 2017. Disponível em: <<http://panoramainternacional.fee.tche.br/article/o-longo-acordo-de-comercio-e-investimentos-mercosul-uniao-europeia/>>. Acesso em: 26 nov. 2017.